

A lei da permanência do plano na cartografia da parte baixa de Lisboa de 1756 a 1786

Mafalda Teixeira de Sampayo, Teresa Marat-Mendes*

DINAMIA'CET-IUL*, Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL - Escola de Tecnologias e Arquitectura
Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa - Portugal - 00 21 790 34 47
mafalda.sampaio@iscte.pt; teresa.marat-mendes@iscte.pt

Resumo

A persistência do espaço público na cartografia relativa ao plano para renovação da Lisboa destruída pelo terramoto de 1755 é validada através da aplicação de um método de análise da forma urbana que aqui se expõe. O método de análise da forma urbana proposto permite uma análise e quantificação comparativa do espaço público, cujos resultados comprovam (i) a teoria da "lei da permanência do plano"; e (ii) a oportunidade das análises comparativas da forma urbana, para o estudo da cidade através da relação entre espaço construído e espaço vazio.

1. Introdução

“O que mais caracteriza a cidade são os seus "vazios", que são aquilo que mais perdura na história da humanidade”.

(PORTAS, 2000a, p. 56)

A "lei da permanência do plano" expressa por Lavedan (1926, p. B : 91) pode ser comprovada em diversas situações urbanas. As memórias dos percursos e das estadias nos aglomerados fundamentam-se na sua manutenção ou recuperação ao longo dos tempos. Manutenção quando se constrói num mesmo espaço respeitando a rua ou o espaço de permanência adjacente (praça, adro, largo). Recuperação quando se reformulam caminhos de pé posto através do desenho de ruas ou quando se transformam terreiros em praças, etc.

Olhando de uma forma estratificada para o nascimento e evolução dos tecidos urbanos verifica-se a persistência do espaço público (LARKHAM, 2005, p. 22) como factor a ter em consideração.

Este artigo valida a teoria da lei da permanência do plano aplicado ao caso de estudo de Lisboa pós-terramoto comprovando a persistência do espaço público conforme expressa por Lavedan e Larkham. Os resultados obtidos resultam numa análise e quantificação comparativa da forma urbana às várias propostas de projecto apresentadas durante a segunda metade do século XVIII.

2. Método

Expõem-se um método de leitura da forma urbana (Figura 1) onde são captadas e avaliadas as características estruturais significativas da área urbana em análise (Lisboa setecentista) conforme proposto por Sampayo (2012). Para aferir o método procedeu-se ao estudo das plantas de Lisboa através de uma metodologia que segue três abordagens distintas: a história urbana, o desenho urbano e a avaliação quantitativa da forma urbana.

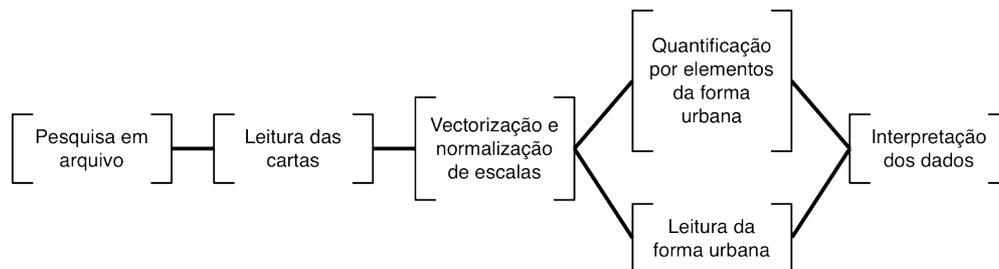


Figura 1 - Esquema do método de leitura da forma urbana

A análise da forma urbana aos diferentes desenhos requereu a utilização de um software de desenho assistido por computador – AutoCAD para medir e quantificar o espaço público. Todas as medidas foram registadas e analisadas de forma comparativa. A interpretação dos desenhos seguiu dois métodos, uma análise urbanística e uma análise matemática por forma a aferir a sua interligação (MARAT-MENDES [et al.], 2011).

A organização do trabalho de campo e a preparação para a realização da leitura da forma urbana dos desenhos da reconstrução de Lisboa pós-terramoto passou primeiro por uma recolha de fontes primárias a que se seguiu uma análise comparativa. A consulta nos arquivos foi fundamental na medida em que permitiu a classificação das cartas encontradas.

3. A Lei da Permanência do Plano: Fundamentação teórica

A maioria dos estudos de quantificação da forma urbana preocupa-se, principalmente, com as dimensões e as formas dos quarteirões, focando uma análise morfológica. Vários investigadores como, por exemplo, Moudon (1986), Siksna (1990) e Marat-Mendes (2002) estudam o quarteirão. Analisam-no diacronicamente, no sentido de se perceber como a sua forma e dimensão têm implicações no seu desenvolvimento futuro, bem como da cidade.

Alguns estudos de sintaxe espacial (ou teoria da lógica social do espaço) procedem a análises morfológicas e quantificações para a forma urbana, por exemplo, Hillier (2005), Marcus (2007), Holanda (2010) e Medeiros (2006). Avaliam a cidade quanto à sua estrutura hierarquizada, mas não encontramos trabalhos que quantifiquem áreas de espaço público de diferentes malhas urbanas como se apresenta neste estudo.

Reunimos várias fontes para o desenvolvimento deste trabalho. Uma fonte contextualiza as morfologias urbanas aqui analisadas (FRANÇA, 1987) (TEIXEIRA e VALLA, 1999) (AAVV, 1997) (SANTOS, 1994), outras fontes contribuem com metodologias de estudo no que diz respeito às quantificações da forma urbana (MARAT-MENDES, 2002) (MOUDON, 1986) (SIKSNA, 1990).

“The basic ingredient of architectural design consists of two elements, mass and space. The essence of design is the interrelation between the two. In our culture the preponderant preoccupation is with mass, and to such an extent that many designers are “space blind.” (BACON, 1978, p. 15)

Conforme referido por Bacon o estudo da arquitetura e das cidades tem sido focado a partir do construído. Considerando que a cidade deve ser estudada a partir da inter-relação entre (construído) e espaço, esta investigação procurou colmatar a dificuldade indicada por Bacon. Assim inclui-se neste estudo também a análise aos espaços vazios.

A principal preocupação da morfologia urbana é a estrutura da forma urbana. A forma urbana divide-se em níveis distintos, onde uma estrutura é hierarquizada por partes e relacionada com o todo. O sucesso da análise da forma urbana depende da compreensão dos elementos por partes mas, também, da relação desses vários níveis interdependentes (KROPF, 2005, p. 17).

Do estudo da forma urbana conclui-se que há elementos em análise mais persistentes ao longo do tempo, esses elementos constituem a estrutura da malha urbana:

“A significant design-related question is the extent to which features persist in the urban landscape. (...) Most resistant to change is the street network, and so again we have towns whose basic structure remains recognisably roman or medieval; even though in most cases, individual streets have been straightened or widened.” (LARKHAM, 2005, p. 22)

Desta forma compreende-se a importância dos espaços públicos na estruturação das cidades. Os urbanistas têm observado que os espaços públicos possuem um elevado poder de persistência ao longo dos tempo (LARKHAM, 2005, p. 22). Os espaços públicos são mais duradouros que as próprias construções (SAMPAYO, 2003, p. 44).

Chueca Goitia (2003, pp. 31-32) reutiliza a expressão de Lavedan (1926, p. B : 91), a “lei da permanência do plano”¹, para reforçar a ideia que temos vindo a discutir, e Kostof (1992, p. 130) argumenta a persistência do espaço aberto:

¹ Pinon faz uso da mesma expressão para contextualizar o problema da continuidade das ruas nas cidades de origem francesa (PINON, 2008).

“A análise da evolução das cidades através do tempo levou à constatação de que, embora a edificação se transforme e seja substituída no decorrer dos anos, geralmente o plano permanece ou sofre muito poucas rectificações. (...) As cidades, como os ofídios, mudam de pele, mas o seu ser permanece inalterável.” (CHUECA GOITIA, 2003, pp. 31-32)

“The persistence of open space is one factor. A large public monument of one period with an open usable space may become a public square in another period, regardless of the shifts in the urban fabric during the interim.” (KOSTOF, 1992, p. 130)

Em França, Lavedan e Poëte² são considerados os pais da morfologia urbana e são também, conjuntamente com Unwin³, os primeiros a perceberem o fenómeno da persistência do plano e a contribuir para a compreensão da sua complexidade. Estes primeiros urbanistas chamam a atenção para a análise do cadastro, mostram como se pode ler as antigas urbanizações nos mapas do século XIX considerando que as antigas formas se preservam (ROBERT, 2003, pp. 66-69).

Lavedan (1926, p. B : 92) consegue desenvolver as suas ideias analisando as reconstruções do pós-guerra 1914-1918. Observa que se a intervenção é espontânea, a reedificação de uma casa nasce no lugar da antiga – “le geste spontané du propriétaire est de rebâtir sa demeure où elle était”, e mesmo em situações diferentes ficam as memórias – “si la reconstitution spontanée est contrariée, si des interventions semblables à celle-ci amènent des modifications plus ou moins radicales, les textes et l’histoire en gardent en général le souvenir” (LAVEDAN, 1926, p. B : 92).

Deste modo, Robert (2003, pp. 66-69) conclui que a teoria da lei da permanência do plano é um direito fundamental da morfologia histórica onde:

1. é possível identificar na cartografia, de um dado momento, planos referentes a períodos anteriores;
2. a forma do plano sobrevive à função do objecto;

Portanto o que caracteriza a cidade são os seus “espaços públicos”. Compreende-se agora a expressão de Portas, no texto de Coelho (2006, p. s/p), quando aquele afirma “o espaço público não é um décor, mas sim a estrutura da cidade”.

² Fundador do "L'Institut d'Urbanisme de Paris" em 1919.

³ Ver texto de Sabaté sobre Unwin: (SABATÉ BEL, 1985).

4. Análise e quantificação comparativa dos espaços de permanência na cartografia de Lisboa de 1756 a 1786

Iremos proceder à validação da lei da permanência do plano através da aplicação do método proposto por Sampayo (2012) para análise da parte baixa da Lisboa pós-terramoto.

O terramoto de 1 de Novembro de 1755 afectou grandemente a cidade de Lisboa e funcionou como um agente poderoso da transformação desta. Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), futuro Marquês de Pombal, teve com o terramoto uma oportunidade excelente de se afirmar e de fazer validar os seus ideais políticos.

Da vasta equipa que colabora na recuperação de Lisboa salientamos o engenheiro-mor do Reino, Manuel da Maia (1678-1768) que teve o papel mais estratégico nas definições tácticas e técnicas para a reconstrução da cidade de Lisboa. Manuel da Maia organizou, diferentes equipas de projecto com objectivos distintos para elaboração do melhor plano de reconstrução. Do trabalho destas equipas resultou o plano da reconstrução de Lisboa.

Logo após o terramoto Manuel da Maia inicia o plano através de um texto (a dissertação) com as várias intenções para a renovação da Lisboa destruída. A entrega do texto desta dissertação foi faseada, tendo Manuel da Maia terminado a: 1º parte - 4 de Dezembro de 1755; 2º parte - 16 de Fevereiro de 1756; 3º parte - 31 de Março de 1756 com um aditamento de 19 de Abril de 1756.

Com a 3ª parte da dissertação seis propostas para a renovação da parte baixa de Lisboa foram entregues (plano 1 de Pedro Gualter da Foncêca e Francisco Pinheiro da Cunha, plano 2 de Elias Sebastião Poppe e Jozé Domingos Poppe, plano 3 de Eugénio dos Santos de Carvalho e António Carlos Andreas, plano 4 de Pedro Gualter da Foncêca, plano 5 de Eugénio dos Santos e plano 6 de Elias Sebastião Poppe). Uma das propostas foi escolhida - o plano 5⁴ e foi trabalhada ao longo da segunda metade do século XVIII, como comprovado pelas cartas apresentadas nesta trabalho (Figura 2) e enumeradas de seguida:

1. uma carta da autoria de Eugénio dos Santos e de Carlos Mardel que muitos dizem ser de 1758⁵, mas não temos como o comprovar (no Museu da Cidade);
2. um conjunto de cartas relativas às várias freguesias de Lisboa de 1770 (na Torre do Tombo);

⁴ Manuel da Maia informa na sua dissertação que o plano 5 é da autoria de Eugénio dos Santos (AIRES, 1910, p. 50). Acredita-se que a proposta de [1758] corresponda ao desenvolvimento do desenho do plano 5 (desaparecido).

⁵ Existe uma gravura (litografia colorida) desta carta na exposição permanente do Museu da Cidade. Pode referir-se a 1758 pois acreditamos ser uma das propostas para reformular a parte baixa da Lisboa destruída (muito semelhante à proposta construída). Possivelmente este desenho diz respeito ao Plano de 12 de Junho de 1758 remetido ao Duque de Lafões (Regedor das Justiças).

3. uma carta sem data que colocamos a hipótese de ser de 1777⁶ (no Instituto Geográfico Português);
4. uma carta sem data que colocamos a hipótese de ser de Janeiro de 1786⁷ (no Instituto Geográfico Português);
5. uma carta que colocamos a hipótese de ser de Setembro de 1786⁸ (no Instituto Geográfico Português);

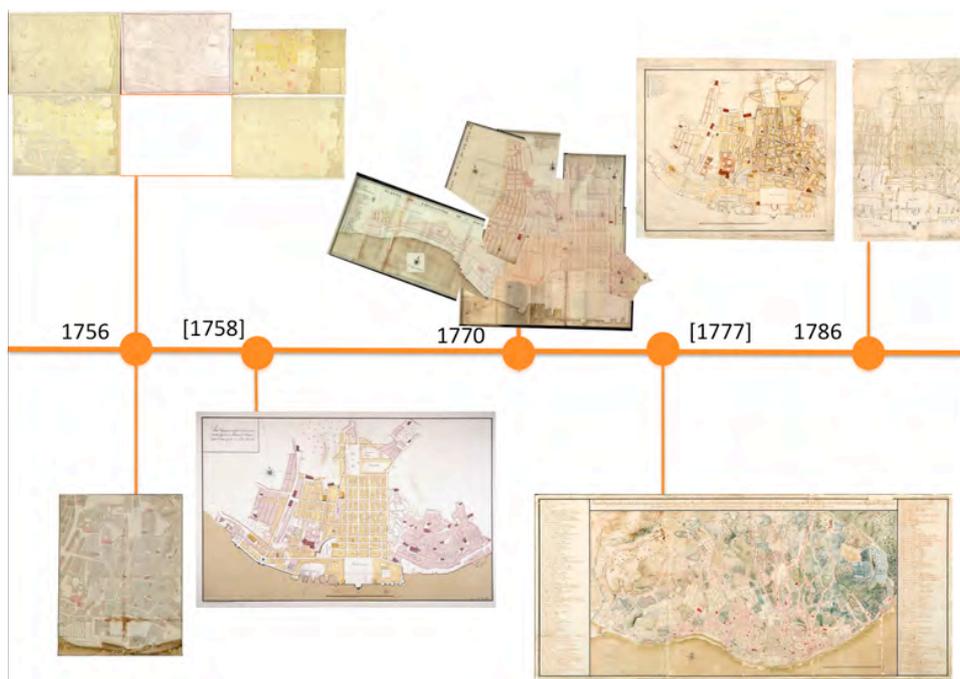


Figura 2 - Cartografia relativa ao plano de renovação da parte baixa de Lisboa destruída pelo terramoto (Informação dos seguintes arquivos: Museu da Cidade de Lisboa, Direcção de infra-estruturas do exército - Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo e Instituto Geográfico Português)

Assim, reuniram-se todas as cartas encontradas nos arquivos portugueses relativas ao desenvolvimento do projecto durante a segunda metade do século XVIII e fizemos a análise do espaço público através dos espaços de permanência registados nestas cartas.

⁶ Esta data justifica-se por ainda não estar representada a Basílica da Estrela nesta carta. Como sabemos o local da escolha do sítio para edificação da Basílica da Estrela por D. Maria data de 1777.

⁷ Silva afirma ter visto escrito a lápis, na parte superior da cercadura desta carta "Janeiro de 1786" (SILVA, 1950, p. 50).

⁸ Esta carta tem uma nota em baixo do lado direito com a data de "16 de Fevereiro de 1786", mas está datada também em baixo do lado esquerdo com "7bro" por debaixo da escala gráfica.

A tabela 1 e a figura 3 apresentam 23 espaços de permanência representados, com correspondência, em 12 situações urbanas de 11 conjuntos de cartas em análise (Figura 2): 1. Situação anterior ao terramoto (extraída do plano de [1758]⁹); 2. Situação anterior ao terramoto (levantamento de Manuel da Maia entregue para as propostas de 1756¹⁰); 3. Plano 1 (1756); 4. Plano 2 (1756); 5. Plano 3 (1756); 6. Plano 4 (1756); 7. Plano 6 (1756); 8. Plano de [1758]; 9. Plano de 1770; 10. Plano de [1777]; 11. Plano de [Janeiro de 1786] e 12. Plano de Setembro de 1786.

A tabela 1 mostra-nos a evolução e o somatório da área dos espaços de permanência na cartografia da segunda metade do século XVIII para a parte baixa de Lisboa. A partir da tabela 1 fez-se um somatório das áreas dos espaços de permanência conhecidos para todos os planos em análise¹¹ de onde resultou o gráfico apresentado (Figura 3).

Nome	Carta											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Terreiro do Paço	31128	34040	29265	33621	51780	25242	27282	34382	36052	33658	33426	32907
Rocio	16767	15585	15282	15381	15514	20212	15895	20548	18545	19506	18635	16518
Praça das Arrematações	6083	1010	1093	978	9477		6075	9977	5656	5568	10975	12214
Adro da Igreja e Convento de São Francisco	460	774	742	738	510	2835	3371	2814	1553	649	1385	1196
Largo do Carmo	1340	1518	1609	1562	1559	1766	1538	2859	2442	2659	2569	2569
Feira das Bestas	3102	3546	3695	3686	3595	3471	3405		2720	2935	2549	
Adro da Igreja de São Nicolau	1230	1256	1782	1616	1951	2928	2802		732	558	828	526
Largo do Pelourinho	976	542	834	848	983							
Adro da Igreja de Santa Justa	730	582	1872	1317	845	3208	1387		790	445	782	639
Adro da Igreja de S. António da Sé	659	1466	829	1569	1390	1393	1730	659	277	3812	1343	492
Adro da Igreja da Madalena	595	562	927	148	1297	1585	1042	1002	527	436	532	782
Adro da Igreja de S. Julião	417	426	2974	688		2959	617	9977	811	746	12204	10593
Largo do Magalhães	377	832	890									
Largo da Portagem	340	695		675	1010							
Largo do Conde de S. Vicente	320	378	555	780	1077	853			1384	1198	1652	1568
Largo do Aljubre	286	232	208	202	218							
Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	206	166	190	163	195	1421	1252	98	366	338	1209	122
Largo do Poço	196	150	264									
Adro da Igreja de Nossa Senhora da Vitória	180		1373	538	180	2042	455	449	92		110	356
Adro da Igreja da Boa Hora	135	280	210	206	187	219			25	293		
Adro da Igreja do Espírito Santo	118	70	80	76	129	112	140		172			
Praça da Palha	549	326										
Praça da Ribeira Nova									4020	7721		
TOTAL	66194	64436	64674	64792	91897	70246	66991	82765	76164	80522	88199	80482

Tabela 1 - Somatório da área dos espaços de permanência na cartografia de 1756 a 1786 .
(SAMPAYO, 2012, p. 433)

Da tabela 1 conclui-se que os 23 espaços de permanência comuns a todos os planos apresentam áreas diversas sendo de destacar as áreas das grandes praças (Terreiro do Paço, Rossio e Praça das Arrematações). Todavia, a maioria dos espaços de permanência de menores dimensões (largos e adros) apresenta área inferior a 2000 m².

⁹ Optou-se por colocar parênteses rectos quando não existem certezas quanto à data.

¹⁰ Acredita-se que a carta da situação anterior ao terramoto cedida por Manuel da Maia aos engenheiros que colaboraram no plano de Lisboa pós-terramoto seja uma cópia do levantamento entregue por este a D. João V em 1718. Segundo Viterbo D. João V encomendou a Manuel da Maia em 1713 a planta de "ambas as cidades de Lisboa ocidental e oriental". Trabalho desenvolvido em cinco anos (1713-1718) (VITERBO, 1904, p. 126).

¹¹ Por falta de informação para toda a cartografia em análise, não foram contabilizados os seguintes espaços: adro da igreja de S. Roque, praça de São Paulo, adro da igreja da Encarnação e do Loreto, largo dos Remolares, praça do Corpo Santo, adro da igreja das Chagas, largo do Pateo do Duque e adro da igreja das Convertidas. Foi retirado também o adro da igreja de S. Domingos para não ser contabilizado duas vezes o Rossio no plano 4.

A partir da tabela 1 é possível observar que o somatório dos espaços de permanência nas cartas anteriores ao terramoto e nos planos 1 e 2 (nº 1, 2, 3 e 4 na figura em análise) é muito semelhante. Esta proximidade de valores explica-se porque os primeiros planos apresentam um desenho urbano muito idêntico ao da cidade anterior ao terramoto.

É observável que o plano com a maior área de espaço de permanência é o plano 3, com 91897 m² (nº 5 na figura em análise), certamente pela dimensão do seu Terreiro do Paço (Figura 7).

Com elevada área de espaços de permanência estão ainda o plano de [1758] e o plano de [Janeiro de 1786], respectivamente com 82765 m² e 88199 m² (nº 8 e 11 na figura em análise).

A última carta analisada para a segunda metade do século XVIII (Setembro de 1786) faz uma redução significativa de proposta de área de espaços de permanência (80482 m²) face à carta de Janeiro do mesmo ano que somou 88199 m².

É interessante observar a proximidade de áreas de espaços de permanência na situação anterior ao terramoto (extraída do plano de 1758) e no plano 6 de 1756 (nº 1 e 7 na figura em análise), a situação anterior ao terramoto apresentando 66194 m² e o plano 6 registando 66991 m².

Os valores das áreas das grandes praças (Terreiro do Paço e Rocio) variam muito pouco nas várias propostas de projectos sendo as áreas das propostas de [Janeiro de 1786] e Setembro de 1786 muito próximas das áreas dos mesmos espaços na situação anterior ao terramoto extraída da carta de [1758].

O plano 6 (1756) e o plano de [1758] fizeram uma grande redução de espaços de permanência nas suas propostas.

A figura 3 sintetiza a análise realizada na tabela 1 onde se realça a proximidade de áreas de espaços de permanência na cartografia para a situação anterior ao terramoto e nos planos 1 e 2 de 1756 (nº 1, 2, 3 e 4 na figura em análise). Destaca-se a área dos espaços de permanência do plano 3 (nº 5 na figura em análise) face às restantes proposta. Evidencia-se ainda a proximidade de áreas de espaços de permanência na cartografia relativa a [1758], a [1777] e a Setembro de 1758 (nº 8, 10 e 12 na figura em análise).

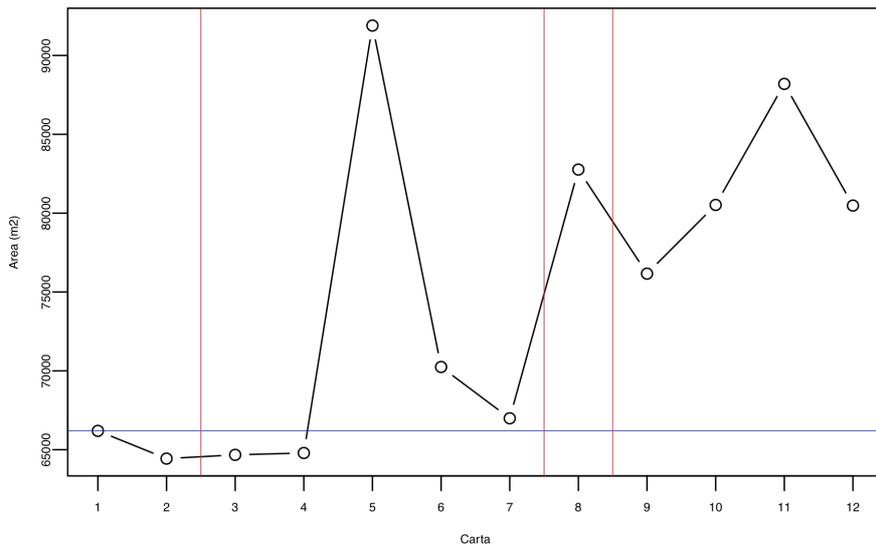


Figura 3 - Evolução da área dos espaços de permanência na cartografia de 1756 a 1786 .

(SAMPAYO, 2012, p. 434)

Procurámos analisar em detalhe as áreas dos principais espaços de permanência (Terreiro do Paço, Rossio e Praça das Arrematações) na cartografia de 1756 a 1786 (Figura 7).

Assim a figura 4 mostra a evolução da área e forma do Terreiro do Paço na cartografia da segunda metade do século XVIII. É possível observar que as várias propostas apresentam áreas diferentes para o Terreiro do Paço. Gostaríamos de salientar alguns aspectos. Nomeadamente o facto da área proposta no último plano (Setembro de 1786 - nº 12 na figura em análise) para o Terreiro do Paço ser muito idêntica aos valores vistos na cartografia para a situação anterior ao terramoto.

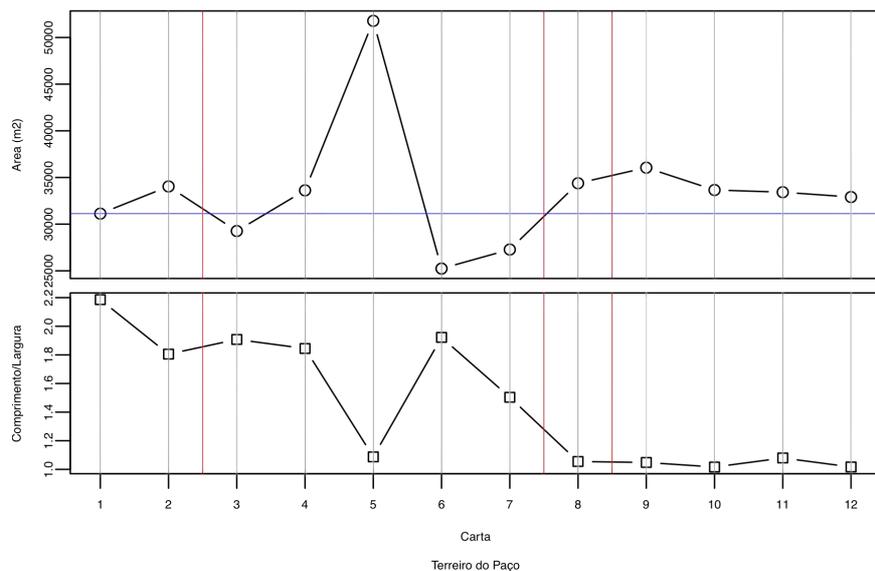


Figura 4 - Evolução da área e forma do Terreiro do Paço na cartografia de 1756 a 1786 .

(SAMPAYO, 2012, p. 420)

Naturalmente, sobressai a área que foi desenhada na proposta do plano 3 de 1756 (nº 5 na figura em análise) com um valor muito elevado como referimos quando comparamos as áreas dos espaços de permanências em toda a cartografia.

O plano de [1758] (nº 8 na figura em análise) apresenta uma área que não é muito divergente das propostas posteriores.

Relativamente à forma desta praça a figura mostra que as formas mais quadradas foram aplicadas no plano 3, no de [1758] e nos seguintes - 1770, [1777], [Janeiro de 1786] e Setembro de 1786 (nº 5, 8, 9, 10, 11 e 12 na figura em análise).

A figura 5 apresenta o desenvolvimento da área e a forma do Rossio na cartografia da segunda metade do século XVIII. Tal como verificámos para o Terreiro do Paço, a área proposta no último plano (Setembro de 1786 - nº 12 na figura em análise) para o Rossio é muito idêntica à área assinalada na cartografia para a situação anterior ao terramoto (relativa ao plano de [1758]).

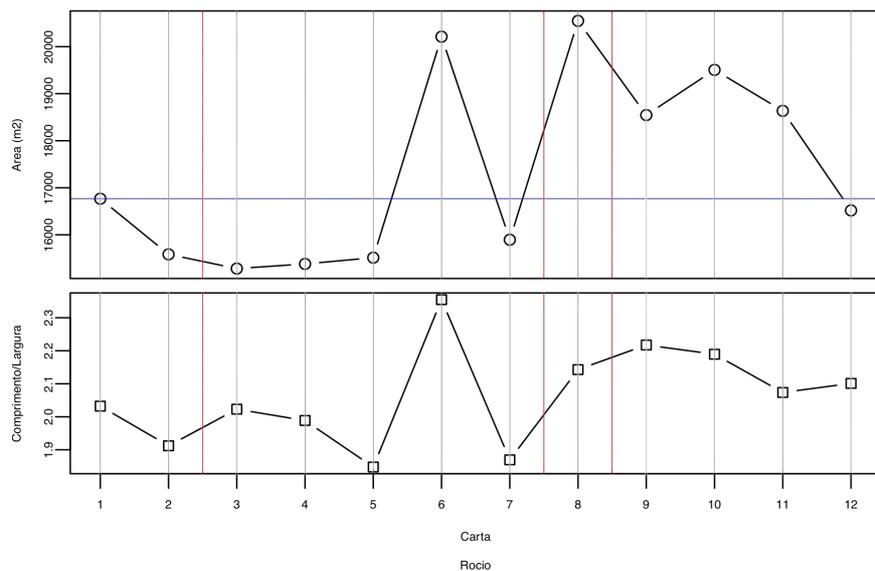


Figura 5 - Evolução da área e forma do Rossio na cartografia de 1756 a 1786 .

(SAMPAYO, 2012, p. 421)

O plano com a maior área para o Rossio é o plano de [1758] (nº 8 na figura em análise). Esta área é muito próxima da apresentada no Rossio do plano 4 de 1756 (nº 6 na figura em análise).

Os planos 1, 2 e 3 apresentam dimensões aproximadas para o Rossio (nº 3, 4 e 5 na figura em análise).

Relativamente à forma, é no plano 4 (nº 6 na figura em análise) que o Rossio apresenta o rectângulo mais comprido. Assim como é nos planos 3 e 6 de 1756 (nº 5 e 7 na figura em análise) que o Rossio apresenta o rectângulo mais curto.

A figura 6 mostra o desenvolvimento da área e forma da praça das Arrematações na cartografia da segunda metade do século XVIII.

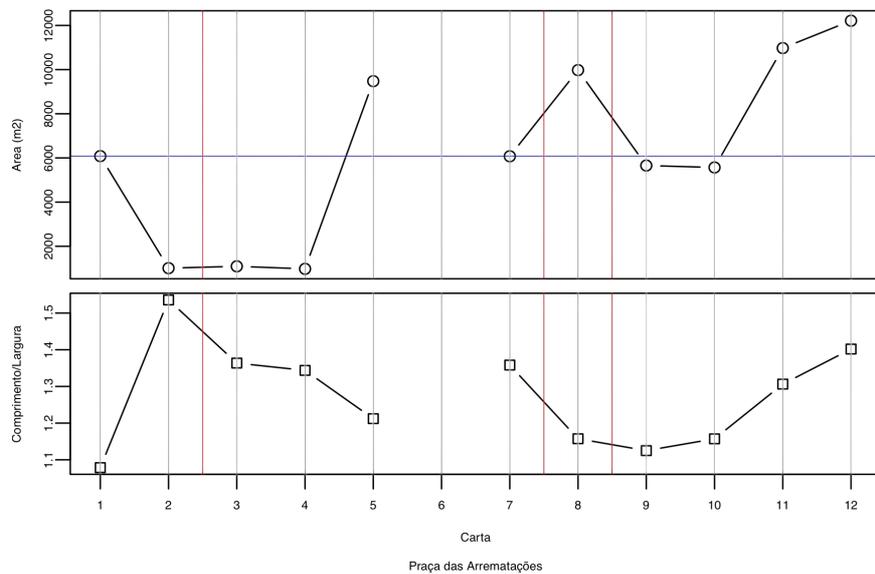


Figura 6 - Evolução da área e forma da praça das Arrematações na cartografia de 1756 a 1786 .
(SAMPAYO, 2012, p. 422)

Esta praça não foi considerada no plano 4 de 1756 (nº 6 na figura em análise).

A proposta de Setembro de 1786 apresenta uma área para a praça das Arrematações muito superior àquela que foi prevista na situação anterior ao terramoto.

Os planos de 1770 e de [1777] (nº 9 e 10 na figura em análise) propõem uma área próxima da equacionada na situação anterior ao terramoto.

Em termos de forma, temos situações mais próximas (comprimento próximo da largura) na situação anterior ao terramoto do plano de [1758] (nº 1 na figura em análise) e nos planos de [1758], de 1770 e de [1777] (nº 8, 9 e 10 na figura em análise).

Observando agora a figura 7 conclui-se que de um modo geral as várias propostas de planos desenham os seus principais espaços de permanência reconsiderando a situação anterior ao terramoto ou propostas anteriores tal como havíamos verificado nas contabilizações das suas áreas.

Veja-se que as cartas relativas à situação anterior ao terramoto e ao plano 2 apresentam o Terreiro do Paço com uma configuração, em planta, semelhante, variando um pouco na dimensão das áreas. Confirma-se assim uma vontade em desenhar o Terreiro do Paço no plano 2, por Elias Sebastião Pope e Joze Domingos Pope, reconstituindo-o de forma idêntica ao que existia antes do terramoto.

O plano de [1758] da autoria de Eugénio dos Santos e de Carlos Mardel apresenta para o Terreiro do Paço um vazio de planta quadrangular, muito semelhante à planta quadrangular do Terreiro do Paço da proposta do plano 3 (na qual também intervém Eugénio dos Santos de Carvalho), mas de área mais reduzida (34382 m²).

Nas cartas de 1770, [1777] e 1786 o Terreiro do Paço reconstitui o desenho do plano de [1758], variando apenas nas dimensões das áreas.

Como se pode verificar na figura 7 a forma do Rossio não apresenta grandes variações nas diferentes cartas analisadas.

Na situação anterior ao terramoto, a sua forma corresponde a um trapézio próximo do rectângulo.

O Rossio é redesenhado na maioria dos planos de 1756 com uma forma idêntica à da situação anterior ao terramoto. A sua forma aproxima-se mais do rectângulo no plano 4 (1756) e nos planos de [1758], de 1770, de [1777] e de 1786.

Assim como para o Terreiro do Paço é possível estabelecer uma ligação entre o plano de [1758] e o plano 3 (ambos projectados por Eugénio dos Santos), o Rossio da proposta do plano [1758] podemos conjecturar ter derivado do desenho da proposta do plano 4.

Quanto à praça das Arrematações observamos representações diferentes nas cartas relativas à situação anterior ao terramoto.

Esta praça apresenta uma forma em planta idêntica na situação anterior ao terramoto de 1756 e nos planos 1 e 2.

No plano 3 esta praça regulariza, aumenta de tamanho e estabelece uma ligação com o adro da igreja de S. Francisco, que se localiza numa cota mais elevada.

Como já tínhamos registado, no plano 4, a praça das Arrematações não foi contemplada.

No plano 6, a praça corresponde em planta a um rectângulo.

No plano de [1758], a praça assume um desenho com uma lógica muito idêntica à do plano 3, ou seja, estabelecendo uma ligação visual com o adro da igreja de S. Francisco.

Na cartografia de 1770 e na carta de [1777], a praça corresponde, em planta, a um rectângulo idêntico ao da mesma praça no plano 6 (esta com áreas e proporções relativamente diferentes).

Nas cartas da 1786, a praça retoma a ideia contemplada nos planos 3 e de [1758], ou seja, volta a estabelecer uma relação com o adro da igreja de S. Francisco.

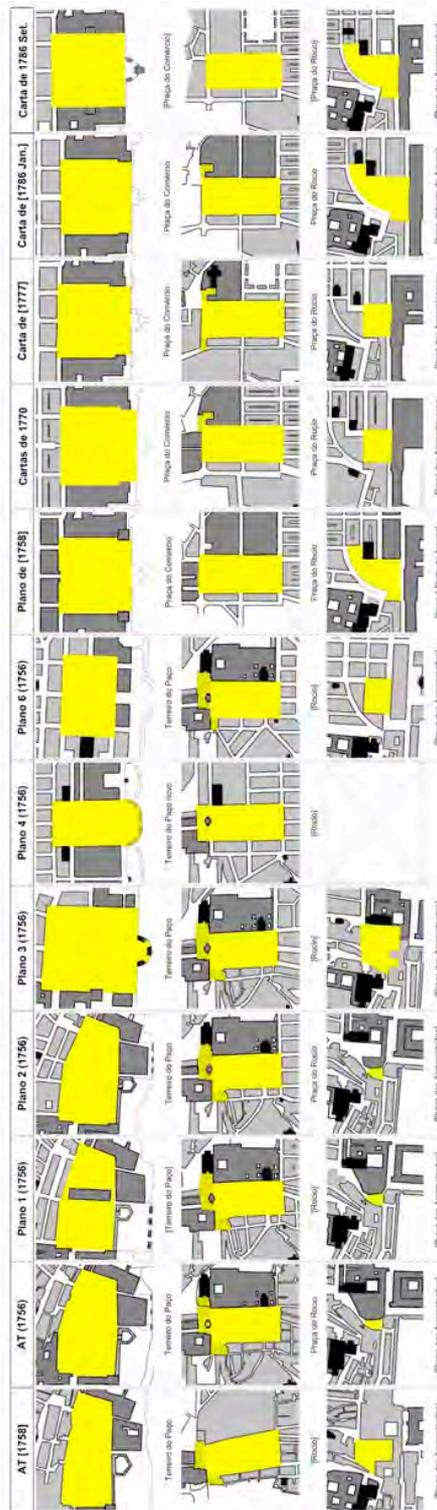


Figura 7 - Análise de caracterização morfológica do Terreiro do Paço, do Rossio e da Praça das Arrematações na cartografia de 1756 a 1786 . (SAMPAYO, 2012, p. 388)

5. Conclusão

A paisagem urbana é marcada pela historicidade, pelas diferentes formas herdadas dos vários períodos. No plano de Lisboa isso confirma-se no desenho e também na quantificação dos espaços. Este trabalho permitiu aferir que, para o Terreiro do Paço, Rossio e alguns adros de igrejas, a área de implantação no plano de Setembro de 1786 é muito próxima da situação anterior ao terramoto.

Verificámos uma recuperação da memória de muitos espaços públicos, através da sua manutenção, umas vezes mantendo a forma aproximada, outras a área do espaço como visto na lei da permanência do plano.

Das análises elaboradas percebe-se que os novos planos não fazem "tábua rasa" da situação anterior ao terramoto, procuram antes soluções que retomam situações da cidade pré-terramoto.

Como constatámos, muitos dos espaços de permanência (praças, largos e adros) têm origem na situação anterior ao terramoto. Nas várias sugestões de planos, ocupam muitas vezes o mesmo sítio, outros mudam de lugar e, em alguns casos, não são ponderados em determinadas propostas de plano. Contudo, para alguns deles, quanto à forma e dimensão, também registámos diferenças, quando estudados comparativamente e analisadas as suas áreas.

Observou-se por um lado a existência de grandes praças nos planos, e por outro, a variabilidade de dimensões de áreas de espaços de permanência..

Os principais espaços abertos da Lisboa da segunda metade do século XVIII (a Praça do Comércio e a Praça D. Pedro IV) embora tenham sido geometrizados com o plano pós-terramoto ocupam sensivelmente o mesmo "chão" da cidade tardo-medieval, tal como teorizava Lavedan.

Determinada preponderante a memória dos espaços públicos para as pessoas que os habitam, consideramos que em intervenções na cidade quer através da renovação ou da construção de nova área devem ser considerados/ponderados os espaços públicos existentes anteriormente. É possível criar cidade nova não fazendo *tábua rasa* do passado e inovar recolhendo informação da tradição cultural dum sítio.

Créditos das figuras:

As figura 1 a 7 foram elaboradas por Mafalda Sampayo.

Referências

- AAVV (1997) *Lisboa Iluminista e o seu tempo* (Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa).
- Aires, C. (1910) *Manuel da Maia e os Engenheiros Militares Portugueses no Terramoto de 1755* (Imprensa Nacional, Lisboa).
- Bacon, E. N. (1978) *Design of cities* (Thames and Hudson, London).
- Chueca Goitia, F. (2003) *Breve história do urbanismo* (Editorial Presença, Lisboa).
- Coelho, A. (2006) 'Opiniões de Nuno Portas sobre o espaço público', in *infohabitar - revista do grupo habitar* [Online], available: <http://infohabitar.blogspot.com/2006/09/opinies-de-nunoportas-sobre-o-espao.html> [Accessed 9 de Janeiro de 2009].
- França, J. A. (1987) *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (Bertrand Editora, Lisboa).
- Hillier, B. and Stutz, C. (2005) 'New Methods In Space Syntax', *Urban Design* 3, 16-33.
- Holanda, F. (2010) 'Sociological architecture: a particular way of looking at places', *Journal of Space Syntax* 1, 337-355.
- Kostof, S. (1992) *The city assembled: the elements of urban form through history* (Thames and Hudson, London).
- Kropf, K. S. (2005) 'The Handling Characteristics of Urban Form', *Urban Design* 93, 17-18.
- Larkham, P. J. (2004) 'Understanding urban form?', *Urban Design* 93, 22-24.
- Lavedan, P. (1926) *Histoire de l'urbanisme Paris* (Henri Laurens, éditeur, Paris).
- Marat-Mendes, T. (2002) *The sustainable urban form: a comparative study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona*, unpublished PhD Thesis, University of Nottingham, UK.
- Marat-Mendes, T., Sampayo, M. and Rodrigues, D. (2011) 'Measuring Lisbon Patterns: "Baixa" from 1650 to 2010', *Nexus Network Journal - architecture and mathematics on-line*, 13, 351-372.
- Marcus, L. (2007) *Spatial capital and how to measure it: an outline of an analytical theory of the social performativity of urban form*, in: 6th International Space Syntax Symposium, 2007 Istanbul. 1-12.
- Medeiros, V. (2006) *Urbis Brasiliae: ou sobre cidades do Brasil: inserido assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas*, Tese de Doutoramento, Universidade de Brasília, Brasília.
- Moudon, A. V. (1986) *Built for change: neighborhood architecture in San Francisco* (The MIT Press, London and Cambridge).
- Pinon, P. (2008) *Défense et illustration de la "Loi de persistance du plan". Le problème de la survivance du tracé des rues dans les villes françaises d'origine*, in: Ballet, P., Dieudonné-

- Glad, N. and Saliou, C. D. (eds.) *La Rue dans l'Antiquité. Définition, aménagement, devenir* (Presses Universitaires de Rennes, Rennes).
- Robert, S. (2003) *L'analyse morphologique des paysages entre archéologie, urbanisme et aménagement du territoire: exemples d'études de formes urbaines et rurales dans le Val-D'Oise*, Thèse pour obtenir le grade de Docteur, Université de Paris I - Panthéon-Sorbonne UFR d'Art et Archéologie, Paris.
- Sabaté Bel, J. (1985) 'El oficio de un urbanista Raymond Unwin in practice', *UR: urbanismo revista*, 2, 20.
- Sampayo, M. (2003) 'Construir Cidade com Espaço Público', *Waterfornts of Art III - Public Art & Urban Design: Interdisciplinary and Social Perspectives* 3, 44-46
- Sampayo, M. (2012) *Forma urbana da parte baixa da Lisboa destruída. Análise e avaliação da cartografia (1756-1786)*. Tese de Doutoramento, Intituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, Lisboa.
- Santos, V. (1994) *O sistema construtivo pombalino em Lisboa em edifícios urbanos agrupados de habitação colectiva. Estudo de um legado humanista da segunda metade do Século XVIII. Contributos para uma abordagem na área da recuperação e restauro arquitectónico do património construído*, Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Siksna, A. (1990) *A comparative study of Block size and form (in selected New Towns in the history of western civilisation and in selected North American and Australian City Centres)*. Phd Thesis (The University of Queensland, Queensland).
- Silva, A. (1950) *Plantas topográficas de Lisboa* (CML, Lisboa).
- Teixeira, M. and Valla, M. (1999) *O urbanismo português: séculos XIII- XVIII: Portugal-Brasil* (Livros Horizonte, Lisboa).
- Viterbo, F. (1904) *Dicionário histórico documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, Vol. 2 (Imprensa nacional, Lisboa).

Morfologia Urbana nos Países Lusófonos

Actas da Conferência Internacional PNUM 2012 - Portuguese Network of Urban Morphology



Morfologia Urbana nos Países Lusófonos

Actas da Conferência Internacional PNUM 2012 - Portuguese Network of Urban Morphology

Mafalda Teixeira de Sampayo
Paula André
Teresa Marat-Mendes
(organização)

Susana S. Brito
(apoio técnico)

Edição

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Avenida das Forças Armadas 1649-026
Lisboa Tel.: +351 217903000 . Fax: +351 217964710
E-mail: geral@iscte.pt . Sítio: <http://www.iscte-iul.pt/home.aspx>

Edição digital

ISBN: 978-989-732-023-1
Uri: <http://hdl.handle.net/10071/3633>

Lisboa, Julho, 2012

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – Lisboa – 2012

Morfologia Urbana nos Países Lusófonos

Conferência Internacional PNUM 2012-Portuguese Network of Urban Morphology

5-6 Julho 2012 – ISCTE-IUL – Lisboa – Portugal

Comissão Científica:

Vítor Oliveira (Presidente) – CITTA – Universidade do Porto
Frederico de Holanda – DIMPU – Universidade de Brasília
Jorge Correia – Universidade do Minho
Luás Laje – Universidade Eduardo Mondlane (Maputo)
Mário Fernandes – CEGOT – Universidade do Porto
Paulo Pinho – CITTA – Universidade do Porto
Stael Pereira Costa – Universidade de Minas Gerais
Teresa Marat-Mendes – DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Comissão Organizadora:

Teresa Marat-Mendes (Coordenadora) – DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL
Maria João de Oliveira – Vitruvius FabLab, Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL
Mafalda Sampayo – ISCTE-IUL
Paula André – DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL
Rosália Guerreiro – CIES-IUL | ISCTE-IUL

Apoio técnico:

Susana S. Brito

Parceiros e Apoios:

